

## DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO AO CANCELAMENTO DO KIT ANTI-HOMOFOBIA

Fábio Luiz Rodrigues (Faculdade CCAA)  
[fabiorodrigues@uol.com.br](mailto:fabiorodrigues@uol.com.br)

### 1. *Introdução*

O Brasil atravessa momento histórico de considerável relevância no tocante à conquista de direitos de grupos minoritários representados pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Devido às pequenas, mas significativas, conquistas que esses grupos têm feito ao longo dos anos, um mal-estar por parte de alguns setores religiosos e partidos políticos da chamada bancada evangélica parece ter vindo à tona. Pode-se dizer que, até o momento em que as práticas sexuais não aceitas na sociedade brasileira estavam reclusas a quatro paredes, “não havia grandes problemas”. No entanto, a partir do momento em que esses mesmos grupos passam a conquistar direitos por jurisprudência e por leis que os garantam, aquele mal-estar, tudo indica, se instala na sala de estar daqueles setores religiosos e partidos das bancadas evangélicas.

Como não lembrar aqui o intenso embate a que se assistiu recentemente na mídia brasileira, por conta da eleição do deputado federal e pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara do governo federal? Filiado ao Partido Social Cristão (PSC) de São Paulo, Feliciano foi eleito em março de 2013 e desde então vem causando polêmica, em função de suas declarações de cunho racista e homofóbico. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, o deputado afirmou em seu *twitter*, em 2011, que o amor entre pessoas do mesmo sexo leva ao ódio, ao crime e à rejeição, e que descendentes de africanos são amaldiçoados<sup>1</sup>. Como declarações iguais a essas são proferidas, justamente, por alguém que se candidata a representar, a lutar por direitos humanos? É mesmo notória, nos dias de hoje, a homofobia, a discriminação e a violência contra gays, uma vez que é amplamente veiculada na mídia impressa, televisiva e da *internet*.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pastor-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara,1005618,0.htm>>.

Parece que dentro dessa mesma lógica do mal-estar está o cancelamento da distribuição do *kit* anti-homofobia, em 2011, por parte do governo federal. A elaboração do *kit*, que fazia parte do projeto “Escola sem Homofobia”, teve o apoio do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). A agência ECOS Comunicação em Sexualidade foi uma das entidades não governamentais que participaram do planejamento e execução do projeto. Em documento intitulado Carta Aberta<sup>2</sup>, hospedado no *site* da agência, encontra-se uma definição do teor desse material:

O *kit* escola sem homofobia é um conjunto de ferramentas pedagógicas destinado a educadoras/es do ensino médio, para auxiliar na erradicação do preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e para a promoção do convívio democrático com a diferença no ambiente escolar. (CARTA ABERTA, 2013, não paginado)

Com a distribuição do *kit* cancelada, a agência ECOS publicou uma “Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia”<sup>3</sup>, a qual reiterava o objetivo do projeto: fornecer subsídios para os professores do ensino médio trabalharem temas como o preconceito dirigido à população LGBT. A nota divulgava a seguinte lista que compunha o *kit*: um caderno, seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz de divulgação e cartas de apresentação para o(a) gestor(a) das escolas da rede pública de ensino.

O governo justificou o cancelamento declarando que considerava o material inadequado para veiculação nas escolas públicas do país. Em uma entrevista a jornalistas, a presidente Dilma Rousseff afirmou que “não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”<sup>4</sup>. Na Carta Aberta citada também se encontra a resposta dada ao governo federal:

O veto ao projeto Escola sem Homofobia foi um dos maiores retrocessos do atual governo no campo dos direitos humanos e das políticas públicas no combate à discriminação e violência nas escolas. Não foi um golpe apenas contra a comunidade LGBT, mas também contra o Estado laico e toda a sociedade democrática. Nós, da ECOS – Comunicação em Sexualidade, tornamos pública a nossa indignação diante da atitude do Governo brasileiro, que destituiu todo um debate realizado ao longo dos anos pela sociedade brasileira em

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.ecos.org.br/cartaAberta.htm>>.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.implicante.org/blog/kit-anti-homofobia-teoria-e-pratica-da-militancia-petista>>.

torno do reconhecimento à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. (CARTA ABERTA, 2013, não paginado)

Pode-se afirmar que o fato ocorrido em 2011 veio tornar nula uma iniciativa do MEC, cujo objetivo era atender ao que preconizavam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)<sup>5</sup>. Os PCN são instrumentos que foram criados pelo governo federal para garantir que os currículos do ensino fundamental e médio tenham “uma base nacional comum”, conforme definido no Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996<sup>6</sup>.

Visando ainda ao emparelhamento dos currículos, o MEC publicou o documento “Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos Temas Transversais”<sup>7</sup>. De acordo com Moaci Carneiro (2006), os temas transversais “não constituem áreas novas do currículo, senão que devem ser tratados de forma internalizada pelas diferentes áreas, permeando seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas” (CARNEIRO, 2006, p. 113). De acordo com esse autor, pode-se entender que questões que permeiam as diferentes práticas sexuais devem ser tratadas, por exemplo, em disciplinas como história, sociologia, filosofia ou em qualquer uma em que o tema seja trazido à discussão. A apresentação de temas transversais tem por objetivo posicionar-se “contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (MEC, 1997). Um desses temas é “Orientação Sexual”, interesse central deste projeto.

Diferentes são os posicionamentos, portanto, que se entrecruzam no embate sobre o cancelamento do *kit* anti-homofobia. Com base no exposto anteriormente, destacamos três textos em que é possível visualizar este embate: 1) os PCN com o tema transversal orientação sexual; 2) o *kit* anti-homofobia, especialmente o que foi veiculado nos DVD; 3) a justificativa do governo federal para o cancelamento do *kit*.

Partimos do pressuposto de que estes três textos mantêm uma relação dialógica, segundo a abordagem de Mikhail Bakhtin (1992). A produção desse autor em relação à questão dialógica das produções de linguagem é condição *sine qua non* para o entendimento dos funciona-

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>.

mentos discursivos. O dialogismo trata da relação que cada discurso estabelece com outros discursos.

Assim, a determinação dos temas transversais já pode ser entendida como uma resposta a um dispositivo da LDB/1996; o projeto “Escola sem homofobia” parece estreitamente veiculado ao tema transversal “Orientação sexual”. Uma indagação é com que texto a justificativa dada pelo governo dialogaria: com o próprio teor do *kit* ou, por exemplo, com as críticas da bancada evangélica? A análise que pretendemos fazer se relaciona em suma com o entrecruzamento desses textos.

Ainda com base em Bakhtin, o conceito de atitude responsiva ativa também pode auxiliar na fundamentação teórica da futura pesquisa. A noção de atitude responsiva, para o autor, difere de uma concepção teórica tradicional para a comunicação entre os indivíduos. Tal concepção colocava considerável acento na ideia de um emissor a desempenhar papel ativo na comunicação de sua mensagem e de um receptor a receber esta mesma mensagem de forma passiva. Bakhtin (1992), de forma diferente, aponta que

O ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte esta em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 1992, p. 290)

A abordagem desse conceito de maior amplitude é o primeiro ponto a ser trabalhado frente ao *corpus* da pesquisa. Vale lembrar, ainda, que na base da noção de atitude responsiva ativa está a ideia de dialogismo, como exposta anteriormente. Bezerra (2005), autoridade na obra de Mikhail Bakhtin no Brasil, aponta que o dialogismo se estabelece no momento em que um emissor se projeta no receptor da sua mensagem, assim como o receptor irá mirar-se no emissor da mensagem recebida. Dessa maneira, constrói-se a interação na comunicação, em que emissor e receptor se reconhecem um no outro.

Segue, na próxima seção, o estabelecimento do problema. A partir dele, se desenhará a aplicação de conceito mais específico para uma leitura crítica das atitudes responsivas envolvidas nos textos.

## 2. *Problema*

A partir do tema “Orientação sexual no ensino médio”, chegou-se ao problema a ser investigado nesta pesquisa, a saber, o cancelamento do *kit* anti-homofobia – por parte do governo federal – que fazia parte do projeto “Escola sem homofobia”. Ao que tudo indica, o cancelamento do material em si pode ser consequência de um desacordo entre os textos da LDB/1996, dos audiovisuais e do governo federal.

No ano de 2004, com o programa “Brasil sem homofobia”, o MEC inicia o financiamento de projetos relacionados à instrumentalização de cursos para docentes, que trabalhariam o tema transversal “Orientação Sexual”. Foi no contexto desse programa e de toda a política vigente para a educação no Brasil que o *kit* anti-homofobia foi cancelado pelo mesmo governo federal que criou o programa “Brasil sem homofobia”. Vale ressaltar que instituições como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) e as Nações Unidas e a resposta à AIDS no Brasil (UNIAIDS) foram os órgãos que avaliaram o projeto e deram parecer favorável a sua veiculação.

Diante desse cancelamento, dois aspectos tangenciam o cenário deste projeto de pesquisa. O primeiro deles diz respeito à oposição feita ao *kit* anti-homofobia, por parte da chamada bancada evangélica e do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ). Tal questão é relevante, uma vez que o Brasil é um país laico, não estando – ao menos não deveria estar – sujeito a preceitos religiosos quando da constituição de leis e tomadas de decisões que envolvam a sociedade brasileira. Diante da laicidade do estado brasileiro, o cancelamento da distribuição do *kit* não deveria ter ocorrido, se pensado que os opositores do projeto, os quais fizeram pressão para o seu cancelamento, integram uma bancada que leva o adjetivo de evangélica.

Um segundo aspecto que deve ser levado em consideração são os acordos que se estabelecem no governo brasileiro. Acordos políticos são feitos sem o menor escrúpulo, lançando a mensagem subliminar de que uma determinada minoria da sociedade brasileira pagará o preço de causas de maior interesse dessa pequena parcela dominante que mantém um poder perverso em suas mãos.

Em matéria de 27 de maio de 2011, a revista Carta Capital<sup>8</sup>, no artigo “Movimento gay reage a suspensão de *kit* anti-homofobia”, traz a declaração da ABGLT, que afirma que “os direitos humanos de um determinado segmento da sociedade não podem, jamais, virar moeda de troca nas negociações políticas”. A mesma matéria então salienta que

[A] declaração se refere a um acordo feito entre o governo e a banca-religiosa para que ela não apoiasse a convocação do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) para dar explicações ao Congresso sobre as contas de sua empresa de consultoria. A atividade à frente da empresa multiplicou o patrimônio do ministro e levou a oposição a pedir informações sobre as atividades do petista como consultor. (ROMAN, 2011, não paginado)

Acordos políticos aliados a preceitos religiosos são questões que, tudo indica, tangenciaram de forma contundente o propósito do *kit* anti-homofobia a ponto de suspender a sua veiculação. Esse dado é relevante, pois por si só justifica o cancelamento do material contido no *kit*.

Pode-se perceber que questões de ordem político-religiosa, em um país laico como o Brasil, parecem ter papel fundamental no refreamento das políticas públicas que contemplem a diversidade no âmbito da sexualidade humana. Teria tal refreamento função de não perturbar a ordem do dia daqueles que pregam o amor ao próximo em meio a acordos políticos? Tudo indica que sim, a menos que o próximo não destoe dos padrões de práticas sexuais aceitas em nossa sociedade.

Assim, o meu interesse pela questão da orientação sexual na escola, por meio de uma análise dos documentos mencionados na introdução, traz em seu bojo duas questões. A primeira delas diz respeito à minha formação como psicólogo. No atendimento a pacientes em meu consultório, pude perceber o sofrimento humano relativo às suas tentativas frustradas de se encaixar dentro do dito padrão socialmente aceito para a sexualidade. Se uma pessoa sofre com esse tipo de questão nos dias de hoje, é interessante que ela busque apoio psicológico, se assim achar que o deve fazer.

No entanto – e aqui entro na segunda questão –, também acredito que é na escola que os discentes adolescentes têm excelente oportunidade para debater a sexualidade. Isso porque entendo que é no convívio em sociedade – na “prática” – que uma discussão dessa monta deve se realizar, ao invés de se tecerem “teorias” infundas sobre o tema, as quais nun-

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-gay-reage-a-suspensao-de-kit-anti-homofobia>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

ca sairão do papel e não promoverão nenhuma transformação real em nossa sociedade.

Em seu livro *Identities fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*, Moita Lopes (2002) lembra que a sala de aula é

um espaço caracteristicamente emoldurado como contexto de construção de conhecimento, regulado pela assimetria interacional gerenciada pelo professor – par mais competente –, é de se esperar que a sala de aula exerça influência na definição de como aprendemos a nos representar e a representar os outros no mundo social. (MOITA LOPES, 2002, p. 192)

Sim, que a sala de aula seja ela mesma esse lugar de aprendizado de representações. No entanto, deve-se salientar aqui que essas representações, muitas vezes, ainda se encontram sob a égide de concepções ultrapassadas quanto à educação. Louro (2012), ao falar da escola fruto das sociedades ocidentais modernas, sintetiza:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos [...] ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, ‘garantir’ – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 2012, p. 61)

Nesse sentido, é interessante apontar que diferenças entre as pessoas existem sim. No entanto, tais diferenças não devem, ou ao menos não deveriam, significar diferença quanto aos direitos e deveres de cada uma delas dentro da sala de aula e fora dela.

O não respeito às diferenças, tudo indica, só gera ódio e violência. A gravidade deste fato parece estar na tentativa de se negar ao diferente o seu mínimo direito de ir e vir sem sofrer privações no campo social. Logo, o cancelamento do *kit* anti-homofobia ou mesmo as tentativas de se revogarem direitos já adquiridos pela comunidade LGBT por parte do governo federal devem ser combatidos. Nesse combate, quanto ao cancelamento do *kit* anti-homofobia, seguem abaixo os objetivos para a pesquisa.

Desse modo, definiu-se como objetivo da presente pesquisa investigar, por meio de marcas linguísticas, a produção de efeitos de sentidos – coincidentes ou não – entre três ordens de textos: o texto do tema transversal “Orientação sexual” nos PCN, o texto dos três audiovisuais que fazem parte do *kit* anti-homofobia e o texto das declarações do go-

verno federal. Esses três conjuntos textuais serão doravante denominados respectivamente texto 1, texto 2 e texto 3.

### **3. Justificativa e delimitação do estudo**

Projetos educacionais relativos à orientação sexual já fazem parte da educação brasileira, uma vez que são contemplados como um dos temas transversais nos PCN. Propor-se a esclarecer a pluralidade da sexualidade humana a fim de se maximizar a tolerância ao diferente diante de um padrão estabelecido como “normal” é urgente, se lembrarmos os direitos do cidadão como expostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>9</sup>, em seu artigo 1º. Assim, acredita-se que a pesquisa poderá servir como fonte de investigação para profissionais da educação tais como docentes, supervisores pedagógicos e, também, psicólogos escolares.

O campo de análise será limitado aos audiovisuais, (Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade) que compunham o *kit* anti-homofobia, ao tema transversal “orientação sexual” e às declarações do governo em virtude do cancelamento do *kit*. Apesar de esses textos comporem vasto campo de estudo, neles serão trabalhados apenas recortes que venham ao encontro dos objetivos da pesquisa.

Em especial, será privilegiada a seleção de enunciados que sejam suficientemente produtivos para fim de análise de pressupostos. O *Dicionário de Análise do Discurso* de Charaudeau e Maingueneau (2004) aponta que a pressuposição é – à luz do linguista Oswald Ducrot – “o ato de pressupor, e os pressupostos são tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados” (CHARAUDEAU, 2004, p. 404). Em outras palavras, a pressuposição seria um fenômeno de polifonia, no qual se assume a responsabilidade por um certo conteúdo, marcado linguisticamente, mas não a responsabilidade da asserção desse conteúdo, ou seja, o elemento pressuposto é visto como um pano de fundo, como uma espécie de “opinião comum” previamente compartilhada por locutor e interlocutor (DUCROT, 1987, p. 216-217).

Assim, acredita-se que a noção de pressuposição será de grande valia na verificação dos pressupostos contidos na atitude responsiva dos

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2012.



textos da LDB/1996, dos audiovisuais que fazem parte do *kit* anti-homofobia e do governo federal.

#### **4. Os pressupostos que se apreendem na voz do governo federal**

Uma pesquisa como a que ora se anuncia prevê, sem dúvida uma etapa de levantamento dos pressupostos presentes em cada um dos conjuntos textuais para, a seguir, passar a comparações entre os resultados obtidos. Contudo, ao se iniciar o referido levantamento, bastante eloquente já se revelou o levantamento dos pressupostos presentes na voz do governo federal (texto 3). Neste trabalho, centraremos nossa atenção na explicitação e análise desse primeiro grupo de pressupostos. Passemos, desse modo, à reprodução do texto 3, no qual se assiste a depoimentos prestados por Dilma Rousseff (DR) em entrevista de um minuto e trinta segundos concedida a um jornalista (J) no dia 26/05/2011 sobre o cancelamento do *kit* anti-homofobia<sup>10</sup>.

(DR) O governo defende, defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, o governo não vai, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem de nenhuma forma, nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode, sim, fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de vocês. Isso...

(J) O que a senhora achou do *kit*?

(DR) Eu não concordo com o *kit*. Não.

(J) Por quê? [fala do jornalista]

(DR) Porque eu não acho que se faça defesas de práticas não homofóbicas.

(J) A senhora vai assistir aos vídeos?

(DR) Eu não assisti aos vídeos todos. A um pedaço que eu vi na televisão passado por vocês, eu não concordo com ele. Agora, esta é uma questão que o governo vai revisar. Não haverá autorização para esse tipo de política, de defesa de A, B, C ou D. Agora, nós lutamos contra a homofobia.

(J) A senhora pretende prorrogar já que o congresso não vai... [fala do jornalista]

(DR) Minha querida, minha querida, o futuro a Deus pertence.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.implicante.org/blog/kit-anti-homofobia-teoria-e-pratica-da-militancia-petista>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Uma leitura cuidadosa do depoimento prestado pela voz governamental já nos permite apreender minimamente os seguintes pressupostos:

- (i) Há práticas homofóbicas
- (ii) Luta-se contra práticas homofóbicas
- (iii) Essa luta pode significar propaganda de opções sexuais
- (iv) As pessoas têm uma vida privada
- (v) Tudo isso poderia significar interferir na vida privada das pessoas
- (vi) Há diferenças entre as pessoas
- (vii) Há práticas violentas contra aqueles que são diferentes de vocês
- (viii) Há também pessoas iguais a vocês
- (ix) O *kit* faz outra coisa que não a defesa de práticas anti-homofóbicas
- (x) A presidente assistiu a parte dos vídeos
- (xi) Há parte dos vídeos sobre os quais a presidente não se pronuncia
- (xii) Jornalistas passaram o vídeo na televisão
- (xiii) O governo revisa determinadas questões
- (xiv) Não se admitirá uma política de defesa de A, B, C ou D
- (xv) O fato de não admitirmos uma política assim não implica que não lutemos contra a homofobia
- (xvi) Não nos cabe decidir sobre o futuro

Percebe-se já o interesse da explicitação de pressupostos na fala da representante do governo federal. Com efeito, serão elencadas abaixo, para efeito de análise, possíveis deduções desses pressupostos. São elas:

- os pressupostos (ii) e (xiv), a saber, “Luta-se contra práticas homofóbicas” e “Não se admitirá uma política de defesa de A, B, C ou D”, parecem revelar uma contradição que os tornariam excludentes entre si. A partir do pressuposto (ii), pode-se afirmar que o governo reconhece a existência de práticas homofóbicas e que se faz necessário combatê-las. Já no pressuposto (xiv), ao não admitir uma política de defesa, tudo indica, tem-se aí a afirmação, ou

melhor, a contradição, de que as práticas homofóbicas não serão combatidas.

- o par de pressupostos (i) e (xv), a saber, “Há práticas homofóbicas” e “O fato de não admitirmos uma política assim não implica que não lutemos contra a homofobia” parece reforçar um *nonsense* diante da questão. Em outras palavras, uma vez que existem práticas homofóbicas, seria interessante que se desenhasssem políticas afirmativas para o *kit* anti-homofobia, ao invés de tão somente dizer que não se admite a política elaborada para aquele material.
- o pressuposto (xvi), “Não nos cabe decidir sobre o futuro”, parece negar toda a política elaborada até o momento para a questão da diversidade sexual. Não seria justamente o governo quem deve, juntamente com os órgãos competentes, aprovar políticas como as desenhadas pelo *kit* anti-homofobia? Se o futuro a Deus pertence – provérbio que representa um lugar comum na nossa cultura – estaria ele, precisamente, nas mãos da bancada evangélica?
- no par de pressupostos (iii) e (ix), a saber, “Essa luta pode significar propaganda de opções sexuais” e “O *kit* faz outra coisa que não a defesa de práticas anti-homofóbicas” é interessante perguntar se o *kit*, para a voz do governo federal, ao não fazer defesa das práticas anti-homofóbicas, estaria tão somente propagandeando opções sexuais.
- no par (iv) e (v), a saber, “As pessoas têm uma vida privada” e “Tudo isso poderia significar interferir na vida privada das pessoas” suscitam a pergunta: sobre que pessoas a voz governamental estaria falando? Ou ainda, para que pessoas ela estaria falando? Ao que tudo indica, aqueles que sofrem com a homofobia clamam por interferência em suas vidas, ou seja, não aguentam mais sofrer com a violência advinda da homofobia.
- nos pressupostos (vi), (vii) e (viii), a saber, “Há diferenças entre as pessoas”, “Há práticas violentas contra aqueles que são diferentes de vocês” e “Há também pessoas iguais a vocês”, talvez fosse possível deduzir que a voz governamental entenda que não há gays ou lésbicas entre aqueles com quem ela dialoga no momento. Outro ponto: pode-se exercer violência contra aqueles que são iguais? De que diferença se fala? Como não lembrar aqui o livro “A revolução dos bichos”, do escritor inglês George Orwell? Na porta do celeiro da fazenda na qual se passa a história, está escrito

o mandamento “todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros”.

- por fim, nos pressupostos (x), (xi) e (xii), a saber, “A presidente assistiu a parte dos vídeos”, “Há parte dos vídeos sobre os quais a presidente não se pronuncia” e “Jornalistas passaram o vídeo na televisão”, mais uma vez é relevante perguntar com quem a voz governamental dialoga nesse momento de sua fala. Como se decide um cancelamento de veiculação dos vídeos sem tê-los assistido? Quem então decidiu ou impôs o cancelamento dos vídeos?

### 5. *(In)conclusões*

A análise dos pressupostos presentes na fala da voz oficial do governo permitiu-nos apreender uma fluidez das justificativas elaboradas pelo governo federal para sustentar o cancelamento da veiculação do *kit* anti-homofobia.

Para além das etapas previstas visando à consecução desta pesquisa, algumas outras pistas já se apresentam como relevantes para o debate da educação sexual, a exemplo do papel exercido pelos enunciados negativos. Com efeito, não é eventual a presença da negação na fala da presidente, como bem se percebe nos enunciados a seguir:

- No entanto, o governo não vai, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais.
- Nem de nenhuma forma, nós não podemos interferir na vida privada das pessoas.
- Eu não concordo com o *kit*. Não.
- Porque eu não acho que se faça defesas de práticas não homofóbicas.
- Eu não assisti aos vídeos todos.
- A um pedaço que eu vi na televisão passado por vocês, eu não concordo com ele.
- Não haverá autorização para esse tipo de política, de defesa de A, B, C ou D.

A insistência em enunciados negativos sugere-nos a pertinência de uma nova etapa de investigação que explore a natureza dessas negações. Mais uma vez o recurso a Ducrot (1987) poderá ser produtivo, se considerarmos a pertinência do tratamento que o autor confere à distância que separa três tipos de negação: a negação descritiva, a metalinguística e a polêmica. Muito provavelmente essa última categoria de negação nos permitirá apreender outros tantos traços do corpus que investigamos, trazendo uma nova luz para o debate da educação sexual prevista nos PCN.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil*. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARRANCHO, Angela. *Metodologia da pesquisa aplicada à educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima, 2006.

CARTA aberta. *Ecos comunicação em sexualidade*. Disponível em: <<http://www.ecos.org.br/cartaAberta.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GRAVATAÍ, Merengue. Kit Anti-Homofobia: teoria e prática da militância petista, 2012. Implicante/Blog. <<http://www.implicante.org/blog/kit-anti-homofobia-teoria-e-pratica-da-militancia-petista>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2013.

LOPES, Eugenia. Pastor é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, 2013. *O Estadão*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pastor-e-eleito-presidente->

[da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara,1005618,0.htm](#)>. Acesso em: 26 maio 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

MINISTÉRIO da Justiça. Declaração Universal dos Direitos Humanos – Assembleia Geral da Nações Unidas, 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PROJETO Escola sem Homofobia. *Ecos comunicação em sexualidade*. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp>. Acesso em: 03 de jun. 2013.

ROMAN, Clara. Movimento gay reage a suspensão de kit anti-homofobia, 2011. *Revista Carta Capital*, 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-gay-reage-a-suspensao-de-kit-anti-homofobia>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

TERRA. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/um-ano-apos-veto-abglt-quer-resposta-sobre-kit-anti-homofobia,f64a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 31 maio 2013.